

RESUMO

Esta dissertação analisa o chamado “Massacre de Manguinhos”, episódio conhecido como um exemplar do arbítrio e da violência do regime militar brasileiro. Seu objetivo é reconstruir a cassação dos cientistas, não enquanto um episódio isolado, ocorrido no ano de 1970, mas como o ápice de um processo relativamente longo, tramado pelos órgãos de segurança, com base em histórico policial anterior a 1964, e que contou, posteriormente, com a ativa participação do diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Logo nos primeiros dias dos militares no poder, dois inquéritos foram instaurados a fim de apurar supostos crimes de subversão e corrupção cometidos por funcionários do IOC. Após a conclusão dos inquéritos – que nada provaram contra os cientistas – o regime manteve o controle sobre as atividades “subversivas” ocorridas no IOC como afirmam os documentos secretos produzidos pelos diferentes órgãos de informação. O trâmite da cassação se apresentou nos bastidores, por trás das denúncias oriundas do próprio Instituto aos órgãos de segurança e informação. Procuo contrapor a essa dimensão institucionalizada da repressão à versão dos cientistas, praticamente a única existente até hoje e registrada em escritos, depoimentos e declarações à imprensa. Argumento que os atritos pessoais entre os cientistas foram consequência das discussões acerca de um projeto de ciência para o IOC e para o país. A essas divergências deve-se somar a ideologia do anticomunismo, presente como política governamental e como organizadora da prática policial a partir da década de 1930, e que fortaleceu os argumentos para a atuação efetiva dos órgãos de repressão sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição.

Palavras-chave: cassação de direitos políticos; cientistas; Instituto Oswaldo Cruz; ditadura militar; órgãos de segurança e informação; polícia política.